



Governamentalidade e consenso na construção da hegemonia neoliberal: aproximações teóricas¹

Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira²

Ronaldo Laurentino de Sales Júnior³

Resumo: O artigo objetiva realizar uma reflexão teórica acerca do neoliberalismo como um regime de governamentalidade baseado numa lógica de constituição de hegemonia. Aportamo-nos em uma aproximação entre Michael Foucault e Antonio Gramsci para pensarmos a relação entre governamentalidade e hegemonia. Destaca-se da reflexão que a hegemonia neoliberal implica o estabelecimento de um consenso intermediado pelo empreendedorismo de si mediante o gerencialismo como forma de organização da vida social, determinando como senso comum a ideia de competitividade entre os indivíduos atomizados.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Hegemonia Neoliberal; Gerencialismo; Governamentalidade; empreendedorismo de si.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

2 Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Campina Grande – Brasil – kleiton_wagner@hotmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5238-5262>

3 Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UACS/UFCG) – Campina Grande – Brasil – ronaldo.laurentino@professor.ufcg.edu.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4429-8032>

Governmentality and consensus in the construction of neoliberal hegemony: theoretical approaches

Abstract: *The paper aims to carry out a theoretical reflection on neoliberalism as a regime of governmentality based on a logic of constituting hegemony. We contribute to an approximation between Michael Foucault and Antonio Gramsci to think about the relationship between governmentality and hegemony. It stands out from the reflection that neoliberal hegemony implies the establishment of a consensus intermediated by self-entrepreneurship through the contribution of managerialism as a form of organization of social life, establishing the idea of competitiveness among atomized individuals as common sense.*

Keywords: *Neoliberalism; Neoliberal Hegemony; Managerialism; Governmentality; self entrepreneurship.*

Gubernamentalidad y consenso en la construcción de la hegemonía neoliberal: aproximaciones teóricas

Resumen: El artículo tiene como objetivo realizar una reflexión teórica sobre el neoliberalismo como régimen de gubernamentalidad basado en una lógica de constitución de la hegemonía. Actuamos a una aproximación entre Michael Foucault y Antonio Gramsci para pensar la relación entre gubernamentalidad y hegemonía. Se destaca de la reflexión que la hegemonía neoliberal implica el establecimiento de un consenso intermediado por el autoemprendimiento a través del aporte del gerencialismo como forma de organización de la vida social, instaurando como sentido común la idea de competitividad entre individuos atomizados.

Palabras clave: Neoliberalismo; Hegemonía Neoliberal; Gerencialismo; Gubernamentalidad; Emprendimiento Propio.

Introdução

Desde a década de 1970, o mundo vivencia o avanço dos ideais neoliberais sobre diferentes formações econômico-sociais. Da Inglaterra, durante o governo da Primeira-Ministra Margareth Thatcher, aos Estados Unidos, com Ronald Reagan, foram disseminados valores vinculados à individualidade e competitividade pautada na centralidade do mercado, privatizações de empresas estatais e realização de contrarreformas aos direitos trabalhistas.

Na América Latina, essas experiências foram realizadas de modo pioneiro no Chile onde, sob a ditadura de Augusto Pinochet, foram implantadas contrar-reformas e desarticulação dos serviços públicos, imprimindo no Estado chileno a abertura econômica irrestrita, redução vertiginosa de impostos, privatização em massa de empresas estatais, retirada de direitos trabalhistas, capitalização da previdência social, austericídio fiscal, desregulamentação financeira e abertura ao capital externo financeiro. Tais experiências se aprofundaram pelo subcontinente desde o final da década de 1990, a exemplo do Brasil, e em diversos países e diferentes governos, à direita e à esquerda do espectro político, apresentando-se como uma racionalidade política, econômica e social.

Diante desse quadro, o presente artigo realiza uma reflexão teórica acerca do neoliberalismo como uma forma de hegemonia efetivada por um regime particular de governamentalidade que não se pauta apenas pelas políticas econômicas, mas que implica em um tipo de racionalidade social. Para o alcance desse objetivo, realizaremos inicialmente uma aproximação do pensamento de Antonio Gramsci e de Michel Foucault, considerando a ideia de que a hegemonia neoliberal envolve uma governamentalidade que não pode ser reduzida a uma forma determinada de produção e acumulação de riqueza ou a um conjunto particular de políticas de austeridade econômica. Em um segundo momento, exploramos a hegemonia em articulação com a governamentalidade, incluindo as formas de organização do trabalho. Com base nesse ponto de vista, buscaremos teoricamente repensar o Taylorismo, o Fordismo, o Toyotismo e o Gerencialismo como diferentes formas de organização do trabalho relacionadas a diferentes dinâmicas de governamentalidade, de acumulação de capital e de constituição das subjetividades, em diferentes momentos de desenvolvimento do capitalismo. Na terceira parte, trazemos a perspectiva da governamentalidade neoliberal segundo a noção de mundo empresarial, com o gerencialismo como um conjunto de técnicas e procedimentos administrativos derivados das empresas privadas, os quais conformam uma subjetividade competitiva nos indivíduos, tendo em vista o fetiche do controle que se utiliza da supremacia dos números, da produtividade e de mecanismos de competitividade incorporados nos indivíduos, no Estado e na sociedade em geral.

Hegemonia neoliberal relacionada à governamentalidade e o consenso

Numa abordagem gramsciana, o consenso e o confronto cultural assumem uma importância decisiva na luta pela hegemonia, na medida em que esta envolve a constituição e o exercício de uma direção econômica, intelectual e moral

numa determinada sociedade. Uma liderança intelectual e moral implica uma vontade coletiva que, por intermédio da ideologia, torna-se o cimento orgânico unificador de um bloco histórico (Gramsci, 2007a). A concepção de liderança intelectual e moral abre espaço para pensar que certos interesses ou posições de sujeito atravessam distintos setores de classe, não sendo exclusivos de uma classe em particular ou prévios à articulação hegemônica. Uma determinada classe social imprime seu domínio numa combinação de direção mais dominação, sendo líder das classes e frações das classes aliadas, mas dominante das classes adversárias (Gramsci, 1975). Dessa forma, essa direção envolve procedimentos de governo que, em vez de lidar com interesses ou sujeitos políticos pré-constituídos ou estruturalmente (economicamente) pré-determinados, os constitui (Laclau; Mouffe, 2004).

Essa compreensão da importância da ideologia e da hegemonia decorre da percepção de Gramsci (2007a) acerca da centralidade que a sociedade civil assumiu nos Estados avançados, tanto na reprodução e transformação do capitalismo (mediante as crises de hegemonia) quanto na revolução socialista. É na e pela sociedade civil que se dá a constituição da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população como condição para o acesso e conservação do poder de Estado. A hegemonia é o elemento de conexão entre a sociedade civil e sociedade política, imbricadas no Estado integral.

Nesse sentido, em Gramsci (2007a), a ideologia não se identifica apenas com um sistema de ideias ou com a falsa consciência dos atores sociais. Na realidade, trata-se de um todo orgânico e relacional, materializado em aparelhos privados de hegemonia (escolas, jornais, clubes etc.) que estabelecem unidade de um bloco histórico e a produção de formas particulares de subjetividade. Essa síntese hegemônica se constituiria como resultado de lutas entre diversas forças sociais no âmbito da sociedade civil. No entanto, essas mesmas lutas impediriam a plena efetivação da unidade de um bloco histórico, de modo que esse seria heterogêneo e dinâmico em decorrência de sua conflitividade constitutiva. Essa conflitividade aponta para o aspecto estratégico dos processos de constituição da hegemonia.

Ao analisar os avanços do fordismo nos Estados Unidos, Gramsci (2007c) afirma que, na esfera industrial, a disciplina sobre o corpo e a mente dos trabalhadores foi preponderante para que eles se constituíssem na luta contra os elementos “animalescos” da natureza. Em outras palavras, a indústria necessitou que os seres humanos se adaptassem a padrões e disciplinas, inclusive para além do campo fabril, mediante a regulação da forma como os operários viviam. Esse novo trabalhador resultaria de uma transformação psicofísica que

implicaria na conformação dos tempos e movimentos da produção taylorista, na esteira produtiva do fordismo, que não se resumiram apenas ao chão da fábrica, mas à programação de uma sociedade de massas mediante a padronização dos modos de vida.

Essa conformação não se processou apenas pelo uso da força e violência, mas pelo cerceamento das possibilidades de um sujeito se reproduzir, especialmente no capitalismo com a propriedade privada dos meios de produção. Gramsci (1975) chama atenção ao fato de que, no exercício normal da hegemonia, a combinação entre equilíbrio, força e consenso é necessária, uma vez que a força não deve oprimir de forma demasiada o consentimento elaborado em distintos aparelhos privados de hegemonia existentes na sociedade civil, bem como pelos intelectuais orgânicos que se vinculam aos interesses de classe, elaborando assim modos de enxergar, compreender e assimilar a realidade.

Aqui, o aspecto da ideologia é importante, porque implica no processo de conformação da hegemonia, como determinada classe dominante traduz sua dominação no campo das ideias, transformando-as numa concepção de senso comum do mundo. O estabelecimento dessas lógicas, contudo, não podem ser inseridas sem o exercício do poder, ou seja, a própria noção de conformação hegemônica pela particularidade se efetiva pelos efeitos que, no caso do consenso neoliberal contemporâneo, exerce sobre os corpos e sujeitos mediante mecanismos de poder (Foucault, 2015).

O poder não implica posse, mas exercício que se estende em uma rede de relações de força penetrante e intangível, que atravessa e constitui os corpos, tendo um caráter estritamente relacional. Falar em poder é falar sempre em relações de poder, que só podem existir em função de uma multiplicidade de pontos de resistência presentes em toda parte na rede de poder. Poder e resistência se enfrentam com táticas móveis e múltiplas (Foucault, 1999). As dinâmicas sociais devem, portanto, ser analisadas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Porém, para além do fato maciço da dominação ou da lógica binária da guerra, existe um conjunto de lutas pontuais e disseminadas, uma multiplicidade de resistências locais, heterogêneas e imprevisíveis que lutam para se tornar o que estamos chamando aqui de hegemonia. Sendo assim, o “poder” é mais da ordem do governo do que da ordem do confronto entre dois adversários ou do compromisso de um com o outro.

Essa relação se processa tanto no nível endógeno, das frações de classe, quanto no exógeno, na luta de classes. A unidade política entre e no interior dessas frações de classe não é pré-fixada ou pré-determinada economicamente, mas é obtida pela constituição de uma liderança hegemônica por meio do

estabelecimento de laços sociais, alianças políticas e certa convergência intelectual e cultural. Nesse sentido, o capitalismo não implica apenas num modo de produção comandado por uma lei natural inerente e inexorável da economia, mas como uma forma de sociabilidade que admite uma multiplicidade de formas históricas particulares, a exemplo do neoliberalismo. Segundo aponta Laval (2020: 131), “Foucault pensa o capitalismo a partir das formas de poder que o tornam historicamente possível”. Nessa perspectiva, não seriam inteiramente as relações de trabalho que teriam introduzido as disciplinas sobre os corpos, mas as disciplinas e as normas que teriam permitido as relações de trabalho, tal como elas se organizam no capitalismo. A relação antagônica entre o capital e o trabalho só teria sido possível pelas sujeições, pelos treinamentos, pelas vigilâncias produzidas pelas disciplinas sobre os corpos (Foucault 1999; Ambrósio, 2018). O capitalismo em suas diferentes formas de acumulação e organização do trabalho supõe, portanto, diferentes formas de governamentalidade, mudando de forma e de funcionamento segundo mecanismos de poder historicamente diferentes. Nesse sentido, não existe “o” capitalismo. Existem capitalismos (Laval, 2020: 132).

Para Foucault (1999, 2008a, 2008b, 2010, 2014a, 2014b, 2015), o governo envolve um conjunto de procedimentos, técnicas e práticas que garantem a condução dos sujeitos por si ou pelos outros, desde a produção, passando pela administração até a educação, que só se tornaram possíveis por uma racionalização historicamente definida das relações de poder. A governamentalidade é um conjunto de técnicas de saber, controle, vigilância e intervenção governamental sobre os fenômenos populacionais e não se confunde com o aparelho de Estado, ainda que o envolva. Essa perspectiva se aproxima na noção de hegemonia de Gramsci, no enfoque nas noções de liderança e consenso constituídos por uma “guerra de posição”, sobretudo, na multiplicidade de “trincheiras” institucionais da sociedade civil.

Contudo, há que se evitar o caráter problemático na generalização das periodizações históricas das formas de poder em Foucault. O próprio Foucault (2008a) mostra como diferentes dispositivos de poder (soberania, poder disciplinar, biopolítica, governamentalidade) se sobrepõem. Nesse processo, múltiplas técnicas são deslocadas, operando como pontes ou sendo ressignificadas na passagem de um dispositivo a outro. Como nos lembra Butler (2019), mesmo quando Foucault construiu um relato da governamentalidade como sucedendo e superando a soberania, ele teria insistido que as duas formas de poder (soberania e governamentalidade) poderiam não apenas coexistir, mas se reforçar mutuamente. O poder soberano seria, assim, exercido dentro do campo da

governamentalidade, de modo que “o tempo histórico que julgamos passado acaba por estruturar o campo contemporâneo com uma persistência que refuta a história como cronologia” (Butler, 2019: 78).

Por outro lado, Losurdo (2018: 142-156), em sua crítica à periodização histórica de Foucault, a qual afirma o “término do espetáculo de punição” na Europa e nos Estados Unidos no Século XIX, critica a ausência de reflexão histórica sobre a colonização em Foucault, que centrou sua análise sobretudo na Europa. Ao contrário, nos Estados Unidos, entre fins do Século XIX e o início do Século XX, pode-se ter notícias dos linchamentos, castrações, escarpelamentos, queimaduras, enforcamentos, tiros com arma de fogo sofridos por homens negros acusados de atentado à pureza sexual e racial das mulheres brancas. Em contraposição à afirmação de Foucault sobre a biopolítica como nova tecnologia de poder, Losurdo (2018: 151) apontará para as ações dos conquistadores nas colônias inglesas da América do Norte e dos cidadãos dos Estados Unidos que buscavam “aumentar a própria riqueza promovendo a reprodução do gado humano de que eram proprietários”. Esse autor lembra ainda que, para consolidar a hierarquia racial, os colonizadores procuraram proibir relações sexuais e matrimoniais entre membros da raça “superior” e das raças “inferiores”. Essas práticas já envolveriam barreiras legais e biopolíticas que garantiam a separação entre a “raça de senhores” e a “raça dos escravos”.

Apesar disso, avaliamos ser possível superar essas limitações da obra de Foucault para pensar contextos socio-históricos “pós-coloniais” como o da América Latina e do Brasil, considerando que a coexistência e articulação sempre tensa em diferentes formas ou regimes de poder se dariam entre colonialismo, escravidão e o capitalismo como demonstra Losurdo (2018). Por exemplo, do ponto de vista econômico, o capitalismo teria se desenvolvido não apenas superando ou substituindo, mas, muitas vezes, subordinando outros modos de produção não capitalistas em diferentes formações econômico-sociais. Essa coexistência aparentemente extemporânea e sempre tensa, ainda que, por vezes, articulada, entre diferentes formas de acumulação e regimes de poder, é o que constitui e institui a hegemonia.

Dessa forma, os conceitos de hegemonia e governamentalidade, ainda que possam se complementar, não se confundem ou se reduzem mutuamente. Toda hegemonia pressupõe alguma forma de governamentalidade. Porém, nem toda governamentalidade é hegemônica, podendo ser não-hegemônica, subordinada a alguma forma que pretenda constituir um consenso contra-hegemônico. Podemos perceber isso de modo claro na governamentalidade criada com os conselhos operários que existiam na Rússia no período da Revolução de 1917. Esses

organismos foram estabelecidos como formas contra-hegemônicas ao consenso estabelecido numa sociedade tipicamente agrária, mas que tinham um desenvolvimento capitalista desigual e combinado, especialmente por meio de vetores de nações mais desenvolvidas, como França e Alemanha (Trotsky, 2017).

Desse modo, compreendemos que, de um lado, a hegemonia pressupõe a coexistência de diferentes formas ou regimes de poder: soberano, pastoral, disciplinar etc.; por outro, a governamentalidade não é a forma de poder única num dado momento histórico, nem homogêneo ao longo do tempo, assumindo diferentes formas em diferentes momentos do desenvolvimento histórico do capitalismo. No caso do neoliberalismo, podemos compreendê-lo como uma forma de governamentalidade que, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é uma racionalidade que tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas inclusive a própria conduta dos governados. Assim, o governo, entendido como atividade e não como instituição, envolve técnicas e procedimentos destinados a obter o autogoverno dos indivíduos, ou seja, produzir certa relação desses consigo, enquanto, por exemplo, proprietários de seus corpos, gestores de sua vida pessoal e empreendedores de si. Nesse caso, a hegemonia neoliberal implicaria no poder que dessa governamentalidade em produzir um sujeito neoliberal, articulando e subordinando uma heterogeneidade de forças, grupos, classes e instituições sociais a uma lógica de competitividade, gerencialismo e empreendedorismo.

O neoliberalismo seria assim a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas “referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida” (Dardot; Laval, 2016: 17), que rege as relações de poder e as maneiras de governar em níveis e domínios muito diferentes da vida econômica, política e social. A governamentalidade neoliberal se sustenta num quadro normativo global que, em nome da liberdade e se apoiando nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, elabora consenso e orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas dos indivíduos mediante a vigilância dos corpos cada vez mais densa no espaço público e privado, a rastreabilidade cada vez mais precisa dos movimentos dos corpos (Dardot; Laval, 2016).

A hegemonia neoliberal teria surgido não em resposta a uma crise meramente econômica dos anos 1970, mas como dupla resposta política a uma crise de hegemonia: crise mais ampla de governamentalidade “do regime geral das ‘disciplinas,’ desenvolvidas nos Séculos XVIII e XIX, e das formas estatais da biopolítica, difundidas nos Séculos XIX e XX” (Laval, 2020: 135). A hegemonia neoliberal se apresenta associada a uma nova forma de poder baseada na

concorrência e no modelo empresarial como regime de governo das condutas, em que o modo de imposição das normas não será mais o mesmo que na soberania ou nas instituições disciplinares, ou nas regulações biopolíticas do Estado social. Essa resposta não se dá por uma substituição completa das antigas técnicas ou dispositivos de poder, mas por sua reconfiguração em um novo regime de governamentalidade.

No capitalismo neoliberal, estaríamos em meio a uma forma de hegemonia em que diversas populações ficariam cada vez mais sujeitas a um processo de “precarização” socialmente induzida, não apenas em i) formas biopolíticas de deixar morrer (Freire, 2018), mas também em ii) formas necropolíticas de fazer morrer (Mbembe, 2018), assim como iii) formas soberanas para lidar com as consequências sociais dessa precarização pela ampliação e intensificação de políticas de encarceramento em massa e criminalização da resistência social e política.

Esse processo hegemônico envolve a acumulação flexível de capital, no primado do capital financeiro sobre as suas demais formas de manifestação (capital produtivo e capital mercantil), culminando no aprofundamento da internacionalização dos fluxos do capital financeiro, na diminuição do tempo de vida útil das mercadorias e no aumento do trabalho imaterial sobre as demais formas de trabalho, nas instituições do trabalho temporário, informal e precário, na destruição dos serviços sociais, na perda de benefícios previdenciários e de assistência à saúde, além de na polarização crescente de riqueza e pobreza. Esse processo está associado ainda à sedimentação de uma governamentalidade neoliberal que incentiva modalidades empreendedoras apoiadas em práticas de responsabilização individual e de maximização do valor de mercado de cada um como objetivo máximo de vida, adaptando populações à insegurança, competitividade e indiferença em que a racionalidade de mercado decide quais vidas devem ser protegidas e quais não devem (Boltanski; Chiapello, 2009; Piketty, 2013; Harvey, 2014; Braga, 2017; Butler, 2018 e 2019). A resposta neoliberal à crise de governamentalidade dos anos 1970 consistiria, segundo Laval (2020: 136), “em colocar, no centro de uma “política social” completamente redefinida”, a regra da regulação concorrencial do mercado.

Do liberalismo ao neoliberalismo: elementos de continuidade e rupturas

Do ponto de vista histórico, o neoliberalismo não é apenas a continuidade do liberalismo, mas a reformulação e aprofundamento de ideias vinculadas à perspectiva do mercado e do interesse egoísta dos indivíduos como dínamos

balizadores da sociedade. É importante destacar que, ao considerarmos as premissas do liberalismo, identificamos suas origens intelectuais em filósofos políticos como John Locke (1632–1704) e economistas políticos como Adam Smith (1723–1790). Do ponto de vista da construção de uma hegemonia liberal, havia o embate entre o poder pastoral da governamentalidade feudal e o poder ascendente da burguesia como classe social. A burguesia enquanto classe imanente necessitava lançar questionamentos não apenas no campo político, mas também econômico e social no tocante aos elementos relacionados à propriedade privada dos meios de produção, o estabelecimento de governos com divisão de poderes, centralidade no mercado, interesses egoístas dos indivíduos e a necessidade de competição dos agentes econômicos (Smith, 2017; Locke; 2019; Tavares, 2009).

Em que pese essas características, o liberalismo clássico não retirava totalmente a perspectiva do Estado nas relações econômicas, especialmente no tocante aos elementos associados à defesa dos interesses comerciais dos Estados-nações. Apesar da centralidade do mercado e de uma suposta mão invisível que equalizasse os interesses e bem-estar da sociedade, o Estado, como um agente em defesa desses interesses, era um dos aspectos importantes que garantia vantagens competitivas. Todavia, o advento dos conflitos imperialistas, a experiência da Primeira Guerra Mundial, a revolução bolchevique e a crise econômica de 1929 implicaram em uma crise da hegemonia liberal⁴. Essa crise abriria espaço às ideias de John Maynard Keynes (1883–1946) sobre o planejamento e o intervencionismo estatal como fundamentais na promoção do crescimento econômico e do pleno emprego. Keynes defendeu uma política econômica de intervencionismo estatal, na qual os governos utilizariam instrumentos fiscais e monetárias para regular os ciclos econômicos de recessão, depressão e expansão (Keynes, 2017). Após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as ideias econômicas de Keynes foram adotadas pelas principais potências econômicas do Ocidente pelo menos até os anos 1970.

O surgimento do neoliberalismo também se dá em meio a um processo de crise de hegemonia das ideias intervencionistas, especialmente com as crises de superprodução e as dificuldades no reestabelecimento de níveis inflacionários adequados a políticas desse porte. Para Perry Anderson (1995), o neoliberalismo teria surgido após a Segunda Guerra Mundial no continente Europeu e nos Estados Unidos. No plano teórico e ideológico, esse fenômeno seria uma reação

4 Como já visto anteriormente, uma crise de hegemonia envolve não apenas uma crise econômica, mas também uma crise mais ampla de governamentalidade.

ao Estado intervencionista e de promoção de bem-estar por políticas econômicas keynesianas na Europa. Como marco do movimento neoliberal, podemos destacar a formação, em 1947, de um grupo de pensadores⁵ liderados por Friedrich Hayek (1899–1992), que tinha como objetivo refletir a respeito do bem-estar social da Europa após a Segunda Guerra Mundial, assim como lançar as bases teóricas contra essas políticas e ao *New Deal* estadunidense⁶, defendendo a centralidade do mercado na produção e alocação eficiente de recursos no âmbito das relações sociais capitalistas. Os pensadores propunham a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, a qual só deveria ocorrer em setores imprescindíveis e minimamente necessários.

Nesse sentido, em oposição às ideias keynesianas, as ideias econômicas e políticas do neoliberalismo argumentam que todo planejamento estatal reduziria a liberdade dos indivíduos e, conseqüentemente, a segurança de toda a sociedade, de modo que a concorrência entre os agentes econômicos seria insubstituível. Dessa forma, a liberdade dos agentes econômicos deveria ser garantida pela existência de uma estrutura jurídico-legal garantida pelo Estado em termos de contratos. Para os pensadores neoliberais, o mercado seria a única instância de mediação racional, eficiente e livre (Tavares, 2009; Hayek, 2017).

Foucault (2008b), ao refletir sobre o neoliberalismo, distingue duas vertentes: o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo estadunidense. O ordoliberalismo alemão seria uma política que projeta uma economia de mercado do tipo concorrencial, mas que, ao mesmo tempo, é acompanhada da intervenção social que implica na revalorização da unidade da empresa como agente econômico fundamental dessa política. Por seu turno, no caso estadunidense, há pelo menos três características que se destacam: i) a crítica ao *new deal* e às políticas keynesianas do governo Roosevelt; ii) crítica ao plano Beveridge — *Report on Social Insurance and Allied Services*, — e às políticas de intervenção social e econômica desenvolvidas durante a Segunda Guerra Mundial; e iii) crítica aos programas sociais nos Estados Unidos no governo Truman após a 2ª Guerra Mundial. Para Foucault (2008b), o neoliberalismo estadunidense difere do

5 Entre esses pensadores, destacamos: Ludwig Von Mises (1881–1973), Michel Polanyi (1891–1976), Lionel Robbins (1898–1984) e Karl Popper (1902–1994).

6 O *New Deal* é considerado um plano econômico implementado na década de 1930 nos Estados Unidos pelo então presidente Franklin Roosevelt. Esse plano apresentava uma série de programas cujos objetivos passavam pela recuperação do emprego e da seguridade social, reformas tributárias e políticas setoriais que visavam ao estímulo da economia e à recuperação econômica. Esses programas incluíram a política habitacional, a construção de escolas, hospitais, estradas, prédios públicos, barragens, infraestrutura elétrica, entre outras ações. Cf. Mathias, *et al.*, 2021: 145-146.

européu pelo fato de implicar, para além do campo econômico, uma maneira de ser e de pensar.

Ao abordar o neoliberalismo, Foucault (2008a) chama atenção a um tipo de relação de poder pautado na governamentalidade que pulveriza o economicismo para os campos até então não alcançados pelo mercado. É nesse momento que ele aborda a ideia de indivíduos como empresas de si, como instituições de si que necessitam de auto-investimento para disputarem no mercado espaços de empregabilidade e ascensão na hierarquia social. Desse modo, se, na concepção liberal, o *homo economicus* seria aquele indivíduo dotado de uma racionalidade maximizadora de interesses próprios (Read, 2009). No neoliberalismo, essa faceta se aprofunda com a ideia de um homem como empresário de si e detentor de um capital humano formado por características inatas e habilidades adquiridas no decorrer da vida a serem gerenciadas por si para competição no mercado.

Por esse ângulo, para além de medidas políticas e econômicas associadas aos ajustes fiscais, elevação das taxas de juros e as contrarreformas, a hegemonia neoliberal tenderia a promover um modo de vida e, por conseguinte, de governo de si e dos outros, pautado numa subjetividade empreendedora, atômica, competitiva e catalisadora da individualidade. Essa relação não se daria apenas no nível subjetivo ou das formas de organização das relações de produção. O próprio Estado seria um elemento central desse fenômeno, uma vez que, por meio de dispositivos de poder vinculados à disciplina, controle e normatização, reproduziria em sua estrutura elementos associados ao âmbito competitivo, em especial, em relação a um Estado empresarial e regulador que toma como imagem e semelhança práticas gerenciais dos empreendimentos privados, conformando uma relação entre governantes e governados (Jamarillo, 2016).

Fundamentados em Foucault (2008a), entendemos que a hegemonia neoliberal fomenta essa relação para além do campo técnico e econômico, tendo como suporte dois processos específicos: i) um primeiro associado à extensão da análise econômica às áreas até então não tocadas pela racionalidade de mercado (como exemplos, podemos citar a educação ou a religião) e ii) um segundo vinculado ao desenvolvimento de modelos de análise econômica aplicados aos afetos, escolhas, modos de vida etc. (presentes, por exemplo, em livros de autoajuda, práticas de *coaching* e empresariamento de si). Dessa forma, o indivíduo humano, na chave interpretativa neoliberal estadunidense, obedeceria a interesses egoístas na busca de garantir suas próprias necessidades. Todavia, numa economia de mercado, para poder alcançar esses objetivos, os indivíduos necessitam investir e gerenciar a si próprios de modo semelhante a empresas

que precisam disputar espaços no mercado (Dardot e Laval, 2016). É importante considerar que essas continuidades e rupturas hegemônicas entre a governamentalidade liberal e a governamentalidade neoliberal envolvem diferentes formas de organização do trabalho relacionadas a diferentes dinâmicas de acumulação de capital e de constituição das subjetividades, conforme os diferentes momentos de desenvolvimento do capitalismo.

Hegemonia como articulação entre governamentalidade, formas de organização do trabalho e de constituição das subjetividades

O capitalismo, em suas diferentes formas de acumulação e organização do trabalho, supõe, portanto, diferentes formas de governamentalidade, mudando de forma e de funcionamento segundo mecanismos de poder historicamente diferentes. Com o advento desse modo de produção, a força de trabalho é considerada uma mercadoria, atingida pelas leis do mercado. Se, em Marx (2013), a acumulação primitiva do capital implicou na expulsão dos camponeses do âmbito rural para dentro das fábricas sob o regime salarial, esses mesmos camponeses tiveram que se adaptar ao novo ambiente insalubre das fábricas inglesas, com cargas horárias intensas.

Dessa forma, entendemos que, no âmbito da fábrica, conforme demonstra os experimentos de Taylor (1990), essas relações se fortalecem, especialmente com a otimização de técnicas sobre os corpos como o controle dos tempos e movimentos. É nesse saber disciplinar, ligado ao liberalismo clássico, que os corpos são organizados, distribuídos, supervisionados tendo como demanda a própria reprodução capitalista (Ambrózio, 2008). A produção milimetricamente estudada, os tempos e movimentos dos corpos, além da seleção e divisão das funções em regimes disciplinares da linha de produção, implicaram em um salto qualitativo da produção fabril, influenciando na condução de uma gestão mecânica do homem como extensão da máquina. Segundo Gramsci (2007c), ao analisar a sociedade estadunidense, a hegemonia nasce da fábrica; para ser exercida, não precisa de mais do que poucos intermediários políticos ou ideológicos, expandindo-se para além da experiência norte-americana, como na Itália governada pelo fascismo⁷.

7 É curioso pensarmos também que a adoção do taylorismo fez parte do programa de transição socialista da União Soviética nos anos 1920 para servir ao “surgimento de uma classe operária disciplinada e consciente dos objetivos do trabalho social” e para “educar as massas camponesas na utilização de métodos científicos de plantio, como de máquinas” (Roio, 2018: 154).

Nessa mesma perspectiva, outra peça-chave para entendermos essas formas disciplinares no âmbito produtivo seriam os estudos realizados pelo engenheiro francês Henri Fayol (1988), que percebeu que a organização do pessoal nas grandes empresas promoveria ganhos em termos de produtividade e rentabilidade. Um saber-fazer científico deveria ser de ordem e seleção de pessoas específicas na atividade produtiva: os administradores aplicariam técnicas, estudos e análises, tornando a gestão balizada por elementos científicos e racionalizando a divisão do trabalho intelectual e manual.

Desse modo, as análises de Taylor e Fayol subsidiaram em grande medida os avanços obtidos por Henry Ford, fundador de uma das marcas mais conhecidas do mundo: *Ford Motor Company*. Ford percebeu a preponderância de formas disciplinares e de criação de novas relações de poder que usurpavam do operariado o saber-fazer de suas atividades, colocando-o a serviço da empresa e de castas burocráticas especializadas. Thomas Gounet (1999) entende que a lógica de produção criada por Ford conseguiu racionalizar as operações fabris de modo a combater desperdícios de tempo e insumos, propiciando uma produção em massa. Os avanços obtidos por Ford por meio dos estudos empreendidos por Taylor e Fayol puderam fomentar um padrão de governamentalidade liberal mecânica, com demanda pela centralização e hierarquização dos indivíduos nos ambientes de trabalho semelhante aos agrupamentos militares, arregimentados por ordens e normas. Com o fordismo, assistimos ao surgimento de controles e supervisões sobre o corpo de funcionários de modo mais profissional. Contudo, embora essas ações pareçam se moldar no campo corpóreo, não podemos nos esquecer de que o fordismo também apresentava como estratégia a conformação de mentalidades e formas de subjetividades necessárias à produção em massa, elemento que Gramsci (2007c) observou ao analisar os Estados Unidos, especialmente no que diz respeito à estratégia de Ford em disciplinar os operários por intermédio de elementos como o controle sobre os seus hábitos cotidianos fora da fábrica.

Essas disciplinas dentro e fora da fábrica podem ser compreendidas, em nossa interpretação, como um ponto de contato entre Gramsci e Foucault, entre consenso e disciplina, hegemonia e governamentalidade. Percebemos como o regime disciplinar sobre os corpos e mentes dos indivíduos no capitalismo se basearam em procedimentos e técnicas de administração, ou de um saber-fazer científico em prol da geração de mais-valor. Contudo, embora o Fordismo tivesse institucionalizado um padrão de governamentalidade em consonância com políticas keynesianas até a década de 1970, ele não conseguiu escapar da contradição inerente à lógica de geração de mais-valor do capital, implicando

assim na incapacidade de manutenção de um regime de acumulação baseado na produção de massa.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que ocorria o crescimento da influência de ideias neoliberais no mundo na segunda metade do Século XX, reconfigurações eram processadas no capitalismo na década de 1970, especialmente no tocante à flexibilização e aos saltos qualitativos da demanda por produtos mais diversificados que fizeram o fordismo ser adaptado pela cultura japonesa após a Segunda Guerra Mundial, exigindo uma nova forma de gestão flexível por parte dos Estados nacionais. O fluxo produtivo determinado pela demanda, a necessidade de aproveitamento de tempo e espaço num território formado por arquipélagos e a flexibilização da produção e consequentemente do trabalho foram pontos essenciais para que, no Japão, em especial, na empresa Toyota, a produção fosse diversificada e rápida (Gounet, 1999).

Essa flexibilidade não se deu sem a exploração dos operários e de novas formas de extração de mais-valia de forma absoluta e relativa (Marx, 2013). Com investimento em automação, os operários japoneses operaram no mínimo cinco máquinas no ciclo produtivo, eliminando os tempos vazios de modo a intensificar a produção. Isso exigiu uma especialização flexível, provocando o reagrupamento do saber-fazer dos operários nos círculos de qualidade que, por intermédio de conversas e debates sobre a produção, tinham a “oportunidade” de opinar sobre as melhores formas de promoção da eficiência de sua atividade. A criação de empregos vitalícios para uma parcela operária japonesa andava em paralelo com o crescimento das contratações temporárias e flexíveis que implicavam em condições de trabalho precárias e subcontratadas. A qualidade, sendo um dos pontos de atenção do sistema, ocasionava uma produção vigiada por indicadores que ditam o ritmo da produção a ser alcançado pelos operários.

É necessário destacar que essas distintas formas organizacionais não são estáticas, e muito menos excludentes. Há um constante processo de aglutinação e apropriação de tecnologias de poder de uma forma para outra. Nessa perspectiva, as décadas de 1970 e 1980 marcam de forma singular o aprofundamento dessa gestão mais flexível, exigindo das classes trabalhadoras novas formas de submissão de seus corpos e mentes ao gerencialismo e a uma mentalidade empresarial, conforme expressam Boltanski e Chiapello (2009) ao estudarem sobre a literatura empresarial produzida na França na década de 1960 e 1990. O destaque dado por esses autores a esse pensamento empresarial é bastante semelhante às interpretações realizadas por Dardot e Laval (2016) no que diz respeito ao empresariamento de si, uma vez que a busca por dirigentes flexíveis nessa década necessitava da implantação de ideias associadas à

motivação e criação de condições nas grandes corporações em que os executivos fossem seus “próprios patrões”.

Como veremos a seguir, esse modo de pensar também é difundido para além das empresas e fábricas, inundando elementos da vida comum por intermédio de uma governamentalidade neoliberal que toma a reboque o gerencialismo como forma de manutenção e materialização desses elementos ideológicos.

Governamentalidade neoliberal e mundo empresarial: o gerencialismo em questão

A impossibilidade de gerar mais-valor no âmbito estrito da produção à contradição interna do capital em sobrepor o capital fixo ao capital variável implicou numa reconfiguração em que a supremacia da esfera financeira acabou detendo primazia no processo de acumulação. Essa lógica fomentou uma governamentalidade neoliberal que cria as condições sociais e institucionais para a superexploração do trabalho. Ainda que não se reduza aos interesses financeiros, essa lógica está associada à hipertrofia do capital financeiro que, desde a década de 1970, ganha um relevo acentuado para o padrão de acumulação capitalista contemporâneo (Boltanski; Chiapello, 2009).

Esse padrão foi posto em prática pela própria ação dos Estados e das organizações econômicas multilaterais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, coletivos orgânicos criados de consenso em convivência com os empreendimentos privados no sentido de criarem regras para o crescimento exponencial das finanças em escala planetária. Não por acaso, na década de 1980, a primeira-ministra da Inglaterra Margareth Thatcher e o presidente dos EUA, Ronald Regan, implementaram as políticas neoliberais em seus respectivos Estados, logo as difundindo pelo mundo por intermédio daqueles organismos multilaterais. Na América Latina, podemos observar essa disseminação por meio do Consenso de Washington com suas medidas de ajuste econômico, fiscal e social (Williamson, 2002; 2003; 2004), sem nos esquecermos obviamente da experiência chilena com a ditadura Pinochetista, considerada um dos primeiros choques neoliberais no mundo.

No período contemporâneo, Dardot e Laval (2016) identificam que a crise econômica que assolou o mundo em 2008 expressou também uma crise do próprio neoliberalismo em sua forma de governar por meio da ideia de competitividade e de centralidade no mercado, o que, em termos gramscianos, pode ser compreendido como uma crise orgânica em que a liderança e o consenso são abalados e contestados pelas classes subalternas, colocando em evidência a hegemonia estabelecida (La Porta, 2017: 317-319). Todavia, essa crise orgânica,

como seria de se esperar pela definição gramsciana, não coincide com uma crise de hegemonia, pois a hegemonia neoliberal fortalece sua governamentalidade instrumentalizando as crises, inclusive as que ele mesmo produziu. A hegemonia neoliberal toma a forma de “governo pelas crises”, numa espécie de governamentalidade como gestão contínua de crises econômicas e até mesmo crises políticas da democracia liberal, muitas vezes pela desregulamentação e financeirização crescentes da economia associadas um processo de consolidação autoritária de um Estado penal e gerencial em oposição ao um Estado social ou democrático. Em vista da precariedade e da insegurança econômica e social, a hegemonia neoliberal é uma gestão competitiva do “risco” e da “incerteza” como algo intrínseco à vida.

Nesse aspecto, para estabelecer um consenso em torno da ideia de uma concorrência sistemática entre os indivíduos em sociedade (Druck, 2021), o Estado cumpre um papel fundamental para a coprodução de normas e dispositivos jurídicos que, por um lado, aumentam a liberdade de mercado, mas, por outro, ampliam a criminalização da resistência organizada dos trabalhadores e o encarceramento em massa das populações marginalizadas pelo mercado (pobres, minorias étnicas, imigrantes etc.) por intermédio de políticas criminais de “tolerância zero” e de “guerra às drogas”, alimentando a execução penal terceirizada para empresas privadas (Waquant, 2001).

Portanto, a síntese entre poder financeiro e capacidade de criação pelo Estado de regras jurídico-políticas colocaram os trabalhadores em um patamar de submissão e disciplinamento atrelado à exigência de resultados nas relações de trabalho, mas também no gerenciamento de suas vidas cotidianas, inclusive nas práticas comunitárias mediante o imperativo do empreendedorismo (Gago, 2021). Os assalariados se veem em uma situação crescente de exposição a um sistema de estímulo e punição inerentes às práticas empresariais e são reproduzidas também por um Estado empresarial que, baseando-se nos ideais de eficiência, eficácia e efetividade, tem em vista racionalizar os recursos públicos já rapinados pelo capital por intermédio de dispositivos como a financeirização da dívida pública (Santana, 2018). Desse modo, com a pressão exercida pelas ideias neoliberais associadas a uma diminuição do poder estatal no provimento direto de políticas sociais e à extensão dessas atividades ao âmbito penal, os governos adotam uma administração empresarial na conduta de suas ações.

Sob o manto do neoliberalismo, a gestão na administração pública se torna mais flexível, sobretudo desde a década de 1980. De um Estado produtor e prestador direto de ações públicas, adotou-se em sua estrutura interna padrões gerenciais de conduta e avaliação das políticas, submetendo o funcionalismo público a

parâmetros ligados a metas, índices e objetivos a serem atendidos, sem, contudo, questionar a própria incapacidade desse Estado em investir em políticas públicas. Ao visualizarem as empresas como modelos de excelência na gestão, as administrações públicas de países como Estados Unidos e Inglaterra adotaram um padrão de governamentalidade que se apresenta como indutor de promoção à eficiência e à redução de custos. A importação das regras de concorrências do mercado para o setor público se torna comum, assim como a mercantilização dos serviços públicos e seu funcionamento conforme as regras empresariais (Carnut e Narvai, 2016).

Essas práticas derivam do gerencialismo, considerado uma ideologia imprescindível para as contrarreformas estatais que ocorreram nas décadas de 1980 e 1990 por imposição do neoliberalismo, que implica na tradução das práticas dos negócios do setor privado para o setor público, do qual, mesmo naqueles serviços que em tese tinham como instância mantenedora o Estado, foram exigidos padrões gerenciais de administração dos recursos, baseados em índices de qualidade e competitividade (Newman e Clarke, 2012).

O gerencialismo implica na preponderância da empresa e da figura do gerente como o indivíduo que, mediante habilidades e competências técnicas para atuação no mercado, traz o dinamismo empresarial e o empreendedorismo. O controle racional dos recursos, o alcance de metas, a eficiência e efetividades dos processos são elementos que os gerentes consideram quando estão à frente das empresas, promovendo qualidade e excelência no atendimento das demandas do mercado capitalista (Newman e Clarke, 2012). Por esse viés, o gerencialismo estaria mais associado a uma cultura organizacional que tem na dinâmica da empresa capitalista e na atuação dos gerentes seu demiurgo.

Consideramos que, sob a hegemonia neoliberal, os Estados são guiados por diretrizes e técnicas gerenciais, especialmente no sentido de que, diante da necessidade de privatização e diminuição da função do Estado como interventor na economia, resta a capacidade técnica, como uma alocação racional e não-política de recursos públicos tidos como naturalmente escassos, evitando, por outro lado, o “risco fiscal”. Por esse ponto de vista, premissas do aumento da qualidade, descentralização da autoridade administrativa e adoção de um modelo baseado na quebra das disfunções administrativas se coadunam na governamentalidade neoliberal.

Países como Estados Unidos e Inglaterra tomaram a dianteira desse processo no Estado, sendo inclusive praticado por governos autointitulados de esquerda, como o de Tony Blair, do Partido Trabalhista, com sua estratégia de terceira via inspirada no pensamento do sociólogo britânico Anthony Giddens (2005). Em países como Canadá, Nova Zelândia e Austrália, esse mesmo padrão foi

paulatinamente ajustado e reproduzido. No Brasil, a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso é caudatária dessa lógica mediante as contrarreformas neoliberais e programas de privatização, além do estabelecimento do gerencialismo na gestão pública (Ribeiro Jr, 2013).

Essa lógica gerencial teria como centro de ação o universo econômico, social e cultural ditado pela empresa (Gaulejac, 2007), salientando que, ao ter como inspiração as organizações empresariais privadas, estas se expandiram pelo globo terrestre para uma ampliação de seu poder de ação. Com o toyotismo, baseado na ideia de flexibilidade e no aumento da taxa de exploração, não é demasiado considerarmos que o espectro do gerencialismo fosse aglutinado em um conjunto de técnicas que submetem o trabalho ao crivo de uma vigilância ainda mais calculista do que a pensada por Taylor no início do Século XX como parte de um processo de aperfeiçoamento e aprofundamento de uma suposta “racionalidade universal” no decorrer do tempo e do espaço, da economia à política, da administração à espiritualidade (Dardot e Laval, 2016).

O gerencialismo, nesse aspecto, serve como suporte para que a hegemonia neoliberal reafirme valores como o individualismo, competitividade, capital humano e centralidade no mercado, fornecendo elementos argumentativos para que sua hegemonia seja vista como senso comum. A necessidade do capital de se autovalorizar com base numa maior taxa de exploração das classes trabalhadoras encontra no conjunto de técnicas administrativas aglutinadas sob a batuta do gerencialismo o meio para a vigília e controle das mentes e dos corpos como autogoverno dos indivíduos.

Dessa forma, o gerencialismo também pode ser considerado uma doutrina econômica inspirada no institucionalismo econômico, segundo a qual, em longo prazo, haveria uma hegemonia da condução do Estado pelos técnicos e gerentes. Desde a crise capitalista da década de 1970, essa tendência gerencial se transforma com a elevação do capital financeiro passando a se deslocar para um quadro preenchido por acionistas de grandes corporações, o que também influenciou na forma de flexibilização das relações sociais de produção do centro e na periferia do capitalismo (Souza Santos, 2003). Enquanto fenômeno que aglutina técnicas administrativas de controle no seio da fábrica e das empresas privadas, o gerencialismo é o motor propulsor de controle e manifestação de uma governamentalidade neoliberal também por parte do Estado que, por intermédio de uma administração pública gerencial, reproduz práticas sociais vinculadas às ações como a parceria entre organizações públicas e privadas, terceirização de serviços públicos, privatização de empresas estatais e medidas de mensuração do desempenho pessoal.

Os procedimentos de controle por meio do desempenho pessoal, da avaliação por meio de *ranking* e de mecanismos de competitividade foram incorporados no Estado como uma forma de proporcionar celeridade e qualidade nos serviços públicos. Dessa forma, fica justificada a lógica do mercado no âmbito estatal. No Estado, a adoção de uma perspectiva concorrencial na gestão das políticas públicas e no aparelho estatal é denominada administração pública gerencial, que busca a superação de uma burocracia rígida e pouco flexível na gestão estatal, orientando-se por intermédio de índices e objetivos que quantificam a eficiência na busca por metas e resultados.

Ao mencionarmos esses elementos existentes no Estado, não queremos afirmar, como evidenciado no início do artigo, que as relações de poder implicam em um governo como instituição. Entretanto, avaliamos como necessário apontar como a conformação da hegemonia neoliberal se lança de forma primária no seio da sociedade civil por intermédio de núcleos empresariais e dos avanços das técnicas administrativas de controle sobre os corpos. A produção de novas relações de governamentalidade passa, desde o surgimento do Estado moderno, pela criação e institucionalização de normas por meio do âmbito jurídico (Foucault, 2008b). A própria Economia Política seria uma dessas normas, uma vez que ela dita o que deve ser ou não feito quanto às relações sociais de produção de determinado território. Nesse sentido, a hegemonia neoliberal expressa, desse modo, um conjunto de técnicas e normas de condutas sobre o corpo dos indivíduos e do próprio Estado, mediante o ideário do empresariamento da vida (Grün, 1999); já o gerencialismo, conforme destacado na presente sessão, funciona como o cimento que arremonta esse padrão de governamentalidade.

Considerações finais

Neste artigo, objetivamos realizar uma reflexão teórica acerca do neoliberalismo, compreendido como um regime hegemônico de governamentalidade. Em um primeiro momento, desenvolvemos, por meio da aproximação do pensamento de Gramsci ([1932] 2007a; [1932] 2007b) e de Foucault (1999, 2008a, 2008b, 2010, 2014a, 2014b), a ideia de que a hegemonia neoliberal envolve uma governamentalidade que não pode ser reduzida a uma forma determinada de produção e acumulação de riqueza ou a um conjunto particular de políticas de austeridade econômica. Essa aproximação teórica nos possibilitou perceber que a governamentalidade não é a forma de poder única num dado momento histórico (coexistindo com outras formas ou regimes de poder), nem homogênea ao longo do tempo (assumindo diferentes formas em diferentes momentos do

desenvolvimento histórico do capitalismo). Se, em Gramsci, a ideia de hegemonia está alicerçada sob a condição de construção de consenso mais coerção, entendemos que a construção de uma hegemonia implica a configuração de um regime de governamentalidade que perpassa a constituição de subjetividades e modos de inter-relação social.

Se, com o liberalismo, há um regime de governamentalidade que tem na centralidade do mercado e dos interesses dos indivíduos um tipo mecânico de hierarquização social, considerando as formas de organização clássicas do trabalho, como o taylorismo e o fordismo, no neoliberalismo, essas ideias são aprofundadas, tirando inteiramente o crivo da intervenção estatal e atomizando os interesses numa perspectiva que atravessa os sujeitos, constituindo-os como indivíduos empresas, que precisam, para competir no mercado, gerenciar a própria vida numa perspectiva de empresariamento de si. Dessa forma, por meio da leitura foucaultiana acerca dos fenômenos da governamentalidade, compreendemos que o ataque ao Estado de bem-estar social no continente europeu implicou mais do que uma crise do Estado: ele envolveu uma crise na forma de governamentalidade até então hegemônica. É desse modo que o neoliberalismo é caracterizado por uma forma particular de governamentalidade que atua na conformação de subjetividades competitivas e no ideário do homem empresarial, que se aprofundam com acumulação flexível e o Toyotismo.

Nessa relação recíproca entre necessidades de acumulação capitalista e formas de governar os indivíduos, sob um período de flexibilização das relações laborais, a década de 1980 marca um ponto de clivagem significativo, uma vez que países como Estados Unidos e Inglaterra materializam os ideários neoliberais em suas estruturas administrativas e em seus planejamentos econômicos, que, em razão de sua hegemonia geopolítica global, também influenciam as economias dependentes e periféricas do sistema capitalista global, incluindo a América Latina e, nessa região, o Brasil. Dessa forma, balizados por um ideal governamental associado ao livre mercado e à flexibilização no campo trabalhista, a empresa é elevada como instituição modelo para replicar, no governo das condutas, individuais ou institucionais, uma lógica gerencial baseada na competitividade empresarial.

Nesse sentido, a hegemonia neoliberal, mediante o gerencialismo, pulveriza a perspectiva competitiva para o âmbito das micro-relações de poder existentes entre os próprios indivíduos. Por intermédio da ideia de capital humano, o neoliberalismo institucionaliza os mecanismos empreendidos pelo gerencialismo que buscam eficiência, eficácia e efetividade. Ainda que, em si mesmas, as técnicas gerenciais que objetivam a eficiência e o desempenho não sejam

problemáticas, elas cumprem, no neoliberalismo, a função de reprodução de um regime de poder que tende a suprimir a autonomia dos trabalhadores, aumentar as tensões e incertezas da empregabilidade por meio da precarização e da flexibilidade, ampliando a acumulação de capital, a concentração de riqueza e o aumento das desigualdades.

Diante do exposto, compreendemos que a hegemonia neoliberal se apresenta como uma organização particular de dispositivos de governo das condutas muito além da regulação social pela “mão invisível” do mercado, por um lado, ou dos aparelhos jurídicos e repressivos do Estado, por outro. A regulação das práticas sociais e suas formas de organização se sustenta na própria dinâmica de aperfeiçoamento de técnicas gerenciais de gestão que, sob a perspectiva do neoliberalismo e seu ideário da competição empresarial como mediação reguladora dos diversos interesses sociais, fornece ao aparelho estatal, assim como às relações cotidianas da vida, técnicas de disciplinamento, regulação e gestão de risco ou crises como recursos para vantagem competitiva.

Referências

- AMBRÓZIO, Aldo. *Empresariamento da vida: a função do discurso gerencialista nos processos de subjetivação inerentes à governamentalidade neoliberal*. Curitiba, Appris, 2018.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPPELLO, Ève. Primeira Parte: Emergência de uma nova configuração ideológica. I O discurso empresarial dos anos 90. In: BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Ève. Primeira. *O novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2009, pp. 83-129.
- BRAGA, Ruy. *Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2019.
- CARNUT, Leonardo e NARVAI, Paulo Capel. Avaliação de desempenho de sistemas de saúde e gerencialismo na gestão pública brasileira. *Saúde e Sociedade*. [On-line]. São Paulo, v. 25, n. 2. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016144614>. Acesso em: 12 set. 2022.

- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- DRUCK, Graça. O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. [On-line], v. 11, n. 3, set.-dez. 2021, pp. 821-844. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1067/478>. Acesso em: 12 set. 2022.
- FAYOL, Henri. *Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle*; 10. ed. São Paulo, Atlas, [1916] 1988.
- FOUCAULT, Michel. *O Governo de Si e dos Outros. Curso dado no College de France (1982-1983)*. São Paulo, Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: curso dado no College de France (1977-1978)*. São Paulo, Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica. Curso dado no College de France (1978-1979)*. São Paulo Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014a, pp. 145-174.
- FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos: curso no Collège de France (1979-1980)*. São Paulo, Martins Fontes, 2014b.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 - 1976)*. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2015.
- FREIRE, Alyson Thiago Fernandes. Afinidades eletivas: Foucault, a sociologia e os sociólogos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. [On-line], v. 8, n. 1, jan.-jun. 2018, pp. 265-288. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/664/252>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- GAGO, Verónica. Neoliberalismo y después: empresarialidad, autogestión y luchas por la reproducción social. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. [On-line], v. 11, n. 3, set.-dez. 2021, pp. 957-970. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1142/483>. Acesso em: 12 set. 2022.
- GAULEJAC, Vicent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder Gerencialista e fragmentação social*. Aparecida, Ideias & Letras, 2007.
- GIDDENS, Anthony. *A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 5ª Ed. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo, Boitempo, 1999.

- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere. I Quaderni: 1 - 5*. 2. ed. Edizione critica dell'Istituto Gramsci A cura di Valentino Gerratana. Turim, Einaudi Editore, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. Controle Operário. In: GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos, volume II*. Lisboa, Seara Nova, 1977, pp. 267-270.
- GRAMSCI, Antônio. Caderno 11: Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 3*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira 2007ª, pp. 11-110.
- GRAMSCI, Antônio. Caderno 18: Nicolau Maquiavel II. in: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 3*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2007b, pp. 111-116.
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 22: Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 3*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007c, pp. 239-283.
- GRÜN, Roberto. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 14, n. 41, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300008>. Acesso em: 12 set. 2022.
- HAYEK, Friedrich August. *O caminho da servidão*. São Paulo, LVM editora, 2017.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 2014.
- JARAMILLO, Pablo. Governamentalidades futuristas: governar el hogar en la era del optimismo tecnológico. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 75-95. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/398>. Acesso em: 12 set. 2022.
- KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Saraiva Educação SA, 2017.
- LA PORTA, Lelio. Crise orgânica. In: LIGUORE, Guido e VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo, Boitempo, 2017, pp. 317-319.
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Ayres, Fondo de Cultura Económica, 2004.
- LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo, Elefante, 2020.
- LOCKE, John. *Dois tratados do governo civil*. Lisboa, Leya, 2019.
- LOSURDO, Domenico. *O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer*. São Paulo, Boitempo, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo, n-1 edições, 2018.
- MARX, Karl. *O capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, [1867] 2013.
- MATHIAS, João Felipe Cury Marinho et al. Green New Deal como estratégia de desenvolvimento pós-pandemia: lições da experiência internacional. *Revista Tempo do*

- Mundo*. Brasília. v. 26, pp. 145-173, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/313>. Acesso em: 12 set. 2022.
- NEWMAN, Janet e CLARKE, John. Gerencialismo. *Educação e Realidade*. [On-line], v. 37, n. 02, pp. 353-381, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/29472>. Acesso em: 05 fev. 2023.
- PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2013.
- READ, Jason. A Genealogy of Homo-Economicus: neoliberalism and the production of subjectivity. *Foucault Studies*. Porcelænshaven. v. 6, pp. 25-36, 2009. Disponível em: <https://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/article/view/2465>. Acesso em: 12 set. 2022.
- RIBEIRO JR, Amaury. *A privatária tucana*. São Paulo, Geração Editorial, 2013.
- ROIO, Marcos Del. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo, Editora UNESP, 2018.
- SANTANA, Laudicéia Araújo. Transformismo e o sistema da dívida pública brasileira nas definições programáticas do partido dos trabalhadores e no governo Lula (2003-2010). 2018. 267 f. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2190>. Acesso em: 12 set. 2022.
- SANTOS, Reginaldo Souza. As contribuições dos economistas ao estudo da administração política: o institucionalismo, o gerencialismo e o regulacionismo. *Organ. Soc.* Salvador, v. 10, n. 28, pp. 99-116, Dec. 2003. Disponível em: <http://whhttp://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302003000400007>. Acesso em: 06 ago. 2019.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2017.
- TAVARES, Maria Augusta. Liberalismo e Neoliberalismo: semelhantes, mas diferentes. *Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)*, São Luis, 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/2_transformacoes-do-mundo-do-trabalho/liberalismo-e-neoliberalismo.pdf. Acesso em: 9 fev. 2023.
- TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. São Paulo, Atlas, 1990.
- TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa. Volume 1: a queda do tzarismo*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- WILLIAMSON, John. *Depois do Consenso de Washington: Uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina*. Washington: Institute for International Economics. 2003. Disponível em: <https://piie.com/publications/papers/williamson0803.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

WILLIAMSON, John. *What Washington Means by Policy Reform*. Washington: Institute for International Economics. 2002. Disponível em: <https://piie.com/commentary/speeches-papers/what-washington-means-policy-reform>. Acesso em: 18 Mar. 2019.

WILLIAMSON, John. *The Washington Consensus as Policy Prescription for Development*. Washington: Institute for International Economics, 2004. Disponível em: <https://piie.com/publications/papers/williamson0204.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

Recebido em: 11/11/2022

Aprovado em: 27/01/2023

Como citar este artigo:

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva; SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de. Governamentalidade e consenso na construção da hegemonia neoliberal: aproximações teóricas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 513-538.